

Prefácio da 1ª edição	lxv
-----------------------------	-----

Prefácio da 2ª edição	lxiii
-----------------------------	-------

Título I

Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal	3
1.1. Conceito da palavra princípio	3
1.2. Devido processo legal	3
1.3. Verdade processual	6
1.4. Publicidade dos atos processuais	12
1.5. Contraditório	16
1.6. Imparcialidade do juiz	19
1.7. Presunção de inocência	23
1.8. Princípio do favor rei	32
1.9. Promotor Natural	34
1.10. Princípio da razoabilidade da duração do processo	41
Capítulo II – Sistemas Processuais	45
2. Noções Gerais	45
2.1. Sistema inquisitivo	45
2.2. Sistema acusatório	48
2.3. Sistema misto ou acusatório formal	50
2.4. O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto	53
2.4.1. Sistema acusatório e o Decreto-lei nº 7.661/45 (vide nova Lei de Falências nº 11.101/05)	53
2.4.2. Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/51)	54
2.4.3. Sistema acusatório e a Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/95)	54
2.4.4. Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96)	56
2.4.5. Sistema acusatório e o Código de Processo Penal	56
Capítulo III – Inquérito Policial	65
3. Noções	65
3.1. Conceito	66
3.2. Natureza jurídica	69
3.2.1. Condenação com base no inquérito policial	71
3.2.2. Diligência investigatória determinada pelo juiz	73
3.2.3. Rejeição de parte da denúncia	74
3.2.4. Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade	81

3.3. Características.....	84
3.3.1. Inquisitorial	84
3.3.2. Formal	84
3.3.3. Sistemático	85
3.3.4. Unidirecional	85
3.3.5. Sigiloso.....	86
3.3.6. Discricionário	89
3.4. Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público	89
3.5. Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos).....	93
3.5.A. Investigação Criminal na Lei de Drogas nº 11.343/2006 que revogou as Leis 6.368/76 e 10.409/2002	98
3.6. Inquérito policial na Lei de Falências	133
3.6.1. Natureza jurídica do (revogado) inquérito judicial	134
3.7. Inquérito policial e foro por prerrogativa de função	136
3.8. Art. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional.....	139
3.9. Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica.....	146
3.10. Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional	147
3.11. Inquérito policial e a Lei nº 9.099/95 – termo circunstanciado	150
3.11.A. Da Violência Doméstica - Lei 11.340/2006	154
3.12. Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal	176
3.13. Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural	179
3.13.1. Arquivamento implícito do inquérito policial	186
3.14. Desarquivamento do inquérito policial	190
Capítulo IV – ação Penal	199
4.1. Noções gerais	199
4.2. Fundamento do direito de ação	200
4.3. Natureza jurídica do direito de ação	200
4.4. Conceito e características do direito de ação	202
4.5. Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação.....	203
4.6. Ação penal pública	203
4.6.1. Princípios básicos	204
4.6.1.1. Obrigatoriedade – visão constitucional	204
4.6.1.2. Indivisibilidade.....	210
4.6.1.2.1. Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo	214
4.6.1.3. Indisponibilidade	215
4.6.1.3.1. Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/95	218
4.7. Ação penal de iniciativa privada	220

4.7.1. Noções gerais	220
4.7.1.A. O Novo Código Civil – Lei 10.406/02 – e as Normas Processuais Penais	229
4.7.2. Princípios básicos	237
4.7.2.1. Oportunidade ou conveniência	237
4.7.2.2. Disponibilidade	238
4.7.2.2.1. Do Perdão	238
4.7.2.2.2. Da Perempção	239
4.7.2.3. Indivisibilidade	240
4.7.2.4. Intranscendência	246
4.8. Ação penal de iniciativa privada personalíssima	246
4.9. Condições para o regular exercício do direito de ação	248
4.9.1. Legitimidade	249
4.9.2. Interesse de agir	251
4.9.3. Possibilidade jurídica	252
4.9.4. Justa causa	254
4.10. Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/95 e o princí- pio do <i>nulla poena sine iudicium</i> – visão constitucional	254
4.11. Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/95	262
4.12. Ação penal nos crimes contra os costumes	266
4.13. Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública	273
Capítulo V – Aditamento no Processo Penal	279
5. Aditamento no processo penal	279
5.1. Fundamento e princípios (verdade processual, obrigatoriedade, congruência e contraditório)	279
5.2. Conceito	280
5.3. Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento)	281
5.4. Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo	283
5.5. Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescri- ção	284
5.6. Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia .	284
5.7. Conseqüências processuais do aditamento à denúncia	286
Capítulo VI – Jurisdição	299
6. Noções	299
6.1. Princípios	300
6.1.1. <i>Ne procedat iudex ex officio</i>	300
6.1.2. Indeclinabilidade da jurisdição	300
6.1.3. Indelegabilidade da jurisdição	300
6.1.4. Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição	301
6.1.5. Juiz natural	301
6.1.6. Unidade da jurisdição	304
6.1.7. <i>Nulla poena sine iudicio</i>	304
6.2. Competência	305
6.2.1. Conceito	305

6.2.2. Natureza jurídica	305
6.3. A competência na Justiça Federal	306
6.4. A competência na Justiça Estadual	320
6.4.1. Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida	324
6.4.2. Conexão e continência – Crimes eleitorais e os crimes comuns	324
6.4.3. Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida	331
6.4.4. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função	332
6.4.5. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo - Lei nº 11.313, de 28 de junho de 2006	343
6.4.6. Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função	348
6.4.7. Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo	353
6.4.8. Tribunal do Júri e desclassificação	375
6.4.9. Conexão e continência e competência recursal	379
6.4.10. Conflitos de competência e de atribuição – distinção	380
6.4.11. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) – EC 45/04	386
Capítulo VII – Teoria Geral da Prova	401
7. Conceito e finalidade ou objetivo da prova	401
7.1. Objeto da prova	401
7.2. Meios de prova	402
7.3. Classificação da prova	403
7.3.1. Objeto	403
7.3.1.1. Direta	403
7.3.1.2. Indireta	404
7.3.2. Quanto ao sujeito	405
7.3.2.1. Prova pessoal	405
7.3.2.2. Prova real	405
7.3.3. Quanto à forma	405
7.3.3.1. Testemunha	405
7.3.3.2. Documental	406
7.3.3.3. Prova material	406
7.4. Natureza jurídica da prova	406
7.5. Princípios da prova	406
7.5.1. Princípio da comunhão da prova	406
7.5.2. Princípio da liberdade da prova	407
7.5.3. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	409
7.6. Da prova emprestada	424
7.6.1. Conceito	424

7.6.2. Requisitos	424
7.6.3. Questões controvertidas	426
7.6.4. Natureza jurídica da prova emprestada.....	427
7.7. Indício, presunção e ficção – Diferença.....	427
7.7.1. Conceito	428
7.7.2. Natureza jurídica do indício e da presunção	432
7.8. Da prova indiciária	432
7.9. Do ônus da prova.....	434
7.9.1. Natureza jurídica do ônus	438
7.10. Do procedimento probatório	439
7.11. Sistemas de avaliação das provas.....	441
7.11.1. Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz...	441
7.11.2. Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada	444
7.11.3. Sistema da livre convicção ou da persuasão racional.....	446
7.12. Natureza das normas que tratam das provas	448
Capítulo VIII – Processo e Procedimento	451
8. Processo: noções gerais e conceito	451
8.1. Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase-con- trato, da relação jurídica e do procedimento em contraditório)	454
8.2. Pressupostos processuais	458
8.3. Procedimento e sua distinção de processo	459
8.4. Formas procedimentais	459
8.4.1. Procedimento ordinário dos crimes apenados com reclusão ..	460
8.4.1.1. Oferecimento da denúncia (D)	461
8.4.1.2. Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 usque 196 do CPP.....	463
8.4.1.2.A. Interrogatório por teleconferência (ou vi- deoconferência)	470
8.4.1.3. Defesa prévia (DP) – art. 395 do CPP.....	475
8.4.1.4. Oitiva das testemunhas de acusação (OTA) – art. 396 do CPP	475
8.4.1.5. Oitiva das testemunhas de defesa (OTD) – art. 396 do CPP	476
8.4.1.6. Diligências (DIL) – art. 499 do CPP.....	476
8.4.1.7. Alegações finais (ALF) – art. 500 do CPP	476
8.4.1.8. Sentença – arts. 502 c/c 381 do CPP.....	477
8.4.1.8.1. Relatório	478
8.4.1.8.2. Motivação ou fundamentação.....	478
8.4.1.8.3. Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i>).	479
8.4.2. Tribunal do Júri.....	479
8.4.2.A. Introdução histórica	479
8.4.2.B. Pedido de absolvição do promotor de justiça e que- sito único.....	506

8.4.2.C. Libelo com imputação genérica e, conseqüente, quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime?	507
8.4.2.D. Direito penal do autor e direito penal do fato: não comparecimento do réu em plenário	511
8.4.2.E. Pedido de absolvição pelo promotor de justiça e discordância do assistente de acusação. Pode o assistente de acusação sustentar o libelo em contradição com o pedido de absolvição do Ministério Público? .	515
8.4.2.1. Pronúncia	516
8.4.2.1.1. Natureza jurídica da pronúncia	517
8.4.2.1.2. Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?).....	518
8.4.2.1.3. Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia).....	519
8.4.2.1.4. Pronúncia e crimes conexos	519
8.4.2.1.5. Pronúncia e qualificadoras do crime.....	520
8.4.2.1.6. Pronúncia e seus efeitos	523
8.4.2.2. Impronúncia.....	524
8.4.2.2.1. Natureza jurídica da impronúncia.....	527
8.4.2.2.2. Prazo.....	528
8.4.2.2.3. Requisitos da impronúncia	529
8.4.2.2.4. Impronúncia e crimes conexos	529
8.4.2.2.5. Impronúncia e efeitos civis	531
8.4.2.3. Despronúncia.....	532
8.4.2.4. Desclassificação	533
8.4.2.4.1. Natureza jurídica da desclassificação	535
8.4.2.4.2. Recurso da decisão desclassificatória	536
8.4.2.5. Absolvição sumária.....	536
8.4.2.5.1. Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária	537
8.4.2.5.2. Natureza jurídica da absolvição sumária ..	537
8.4.2.5.3. Requisitos da decisão de absolvição sumária	537
8.4.2.5.4. Absolvição sumária e crimes conexos	537
8.4.2.5.5. Absolvição sumária e efeitos civis	539
8.4.2.5.6. Absolvição sumária e recurso de ofício	544
8.4.2.5.7. Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária)	546
8.4.2.6. Libelo crime acusatório.....	551
8.4.2.6.1. Requisitos do libelo	552
8.4.2.6.2. Libelo bifronte	553
8.4.2.7. Contrariedade ao libelo crime acusatório	553
8.4.3. Rito sumário da Lei de Drogas nº 11.343/2006	554
8.4.3.1. Denúncia	555

8.4.3.2. Defesa prévia	556
8.4.3.3. Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusatória estatal).....	557
8.4.3.4. Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ	565
8.4.3.5. Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova ..	567
8.4.4. Juizado Especial Criminal	567
8.4.5. Estatuto do Idoso – Aspectos processuais	569
8.4.5.1. Institutos despenalizadores	570
8.4.5.2. Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo	570
8.4.5.3. Procedimento sumaríssimo	570
8.4.5.4. Quem é idoso para efeito do Estatuto?	572
8.4.5.5. Prescrição	573
8.4.5.6. Ação penal pública incondicionada	573
8.4.6. Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 ..	574

Capítulo IX – Da Prisão Cautelar 579

9. Noções	579
9.1. Características	580
9.1.2. Pressupostos	583
9.2. Prisão em flagrante	584
9.2.1. Conceito de flagrante delito	585
9.2.2. Do fundamento da prisão em flagrante	585
9.2.3. Espécies de flagrante delito	590
9.2.4. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada	595
9.2.5. Flagrante nos crimes permanentes e habituais	597
9.2.6. Flagrantes preparado, esperado e forjado	600
9.2.7. Flagrante esperado, diferido ou retardado	602
9.2.8. Flagrante no crime tentado, consumado e formal.....	604
9.2.9. Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato	606
9.2.10. Do procedimento do auto de prisão em flagrante – Lei nº 11.113/05.....	607
9.3. Prisão preventiva stricto sensu	610
9.3.1. Momento para a decretação da prisão preventiva.....	611
9.3.2. Pressupostos para a decretação da prisão preventiva.....	613
9.3.3. Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva ..	616
9.3.4. Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude.....	621
9.3.5. Princípio da motivação das decisões judiciais	622
9.3.6. Revogação da prisão preventiva	623
9.4. Prisão administrativa	624
9.5. Prisão em decorrência da sentença penal condenatória recorrível	627
9.6. Prisão em decorrência da decisão interlocutória de pronúncia	635
9.7. Prisão temporária da Lei nº 7.960/89	640

Capítulo X – Liberdade Provisória – Visão Constitucional 653

10. Noções gerais	653
10.1. Liberdade provisória com ou sem fiança	653

10.2. Liberdade provisória na lei dos crimes hediondos	669
10.3. Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória.....	672
Capítulo XI – Citação	677
11. Noções gerais e conceito	677
11.1. Natureza jurídica da citação	678
11.2. A Lei nº 9.271/96 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i>	680
11.2.1. Requisitos da suspensão	681
11.2.2. Limite de tempo da suspensão	682
11.2.3. Incidência da norma	684
11.2.4. Recurso da decisão de suspensão	686
11.2.5. Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362).....	686
11.2.6. Concurso de pessoas e citação por edital.....	687
11.2.7. Tribunal do Júri e citação por edital.....	687
11.2.8. Defensor público e citação por edital	688
11.3. Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo	689
Capítulo XII – Teoria Geral das Nulidades	691
12. Noções gerais e conceito de nulidade	691
12.1. Ato (juridicamente) inexistente	693
12.1.1. Ato nulo	693
12.1.2. Ato irregular	693
12.3. Natureza jurídica da nulidade.....	694
12.4. Princípios processuais da nulidade.....	694
12.4.1. Prejuízo	694
12.4.2. Causalidade (contaminação ou contagiosidade)	697
12.4.3. Interesse	698
12.4.4. Convalidação.....	698
12.5. Sistemas	699
12.5.1. Certeza legal	699
12.5.2. Instrumentalidade das formas	699
12.5.3. Misto	700
12.6. Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção	700
12.7. O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural.....	701
Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos	703
13.1. Conceito	703
13.2. Fundamento.....	703
13.3. Natureza jurídica do recurso	704
13.3.1. Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso	704
13.3.2. Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação).....	705
13.3.3. Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão	705
13.4. Princípios gerais dos recursos	705
13.4.1. Taxatividade.....	705

13.4.2. Unirrecorribilidade.....	706
13.4.3. Fungibilidade.....	707
13.4.4. Voluntariedade.....	708
13.4.5. Conversão.....	710
13.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	711
13.6. A <i>reformatio in pejus</i> indireta.....	712
13.7. Efeitos dos recursos.....	720
13.7.1. Devolutivo.....	720
13.7.2. Suspensivo.....	726
13.7.2.1. Recurso em sentido estrito – Art. 581 do CPP.....	727
13.7.2.2. Apelação – Art. 593 do CPP.....	727
13.7.2.3. Recurso de protesto por novo júri – Art. 607 do CPP.....	728
13.7.2.4. Embargos infringentes e de nulidade – Art. 609 do CPP.....	728
13.7.2.5. Embargos de declaração – Art. 619 do CPP.....	729
13.7.3. Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos....	729
13.8. Os recursos e o direito intertemporal.....	731
13.9. Juízo de admissibilidade dos recursos.....	733
13.9.1. Conceito.....	733
13.9.2. Requisitos intrínsecos.....	736
13.9.2.1. Legitimidade.....	736
13.9.2.2. Interesse.....	743
13.9.3. Sucumbência e interesse.....	748
13.9.4. Requisitos extrínsecos.....	748
13.9.4.1. Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal).....	748
13.9.4.2. Tempestividade.....	749
13.9.4.3. Regularidade formal.....	751
13.9.4.4. Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia).....	751
13.10. Juízo de mérito (ou juízo de delibação).....	754
13.11. Recursos em espécie (questões relevantes).....	755
13.11.1. Recurso em sentido estrito.....	755
13.11.2. Apelação.....	760
13.11.3. Protesto por novo júri.....	772
13.11.4. Embargos infringentes e de nulidade.....	786

Título II

DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

Capítulo I – Do Habeas Corpus.....	797
1.1. Conceito.....	797
1.2. Natureza jurídica.....	797
1.3. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório e preventivo.....	798
1.4. Objeto do <i>habeas corpus</i>	799

1.5. Legitimidade ativa	801
1.6. <i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares – correta visão do problema	803
1.7. Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia...	805
1.7.1. Juiz e competência	805
1.7.2. Promotor de justiça e competência.....	806
1.7.3. Delegado de polícia e competência	807
1.8. <i>Habeas corpus</i> e o ato de particular	808
1.9. <i>Habeas Corpus</i> e o direito líquido e certo	811
1.10. <i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito	814
1.11. Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição.....	815
1.12. <i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP) ..	816
1.13. <i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão – diferença	816
1.14. <i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal	817
1.15. <i>Habeas Corpus</i> na Justiça do Trabalho.....	823
Capítulo II – Revisão Criminal	827
2. Noções gerais	827
2.1. Conceito	828
2.2. Natureza jurídica	828
2.3. Objeto	830
2.4. Condições para o regular exercício do direito de agir.....	830
2.4.1. Possibilidade jurídica do pedido	830
2.4.2. <i>Legitimatío ad causam</i>	831
2.4.3. Interesse processual.....	833
2.5. Formas de revisão criminal	833
2.6. Pressupostos legais	833
2.7. Fundamentos legais da revisão criminal	834
2.8. Revisão criminal de decisões não condenatórias	838
2.8.1. Perdão judicial.....	839
2.9. Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal ..	840
2.10. Efeitos da revisão criminal	841
2.10.1. Alterar a classificação da infração penal	841
2.10.2. Absolver o réu	842
2.10.3. Modificar a pena	843
2.10.4. Anular o processo	844
2.10.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	846
2.11. Revisão criminal e sentença penal estrangeira	846
Capítulo III – Mandado de Segurança em Matéria Criminal	849
3. Objetivos e Noções Gerais	849
3.1. Conceito	849
3.2. Natureza Jurídica	850
3.3. Objeto	851
3.4. Questões controvertidas.....	852
3.4.1. Identificação criminal.....	852

3.4.2. Recurso próprio previsto em lei.....	853
3.4.3. Prova contra si mesmo	855
3.4.4. Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente ..	857
3.4.5. Direito de sufrágio do preso provisório	858
3.4.6. Estrangeiro não residente no País	859
Nota Final do Autor à 1ª Edição.....	863
Referências Bibliográficas.....	865
Índice Remissivo	875